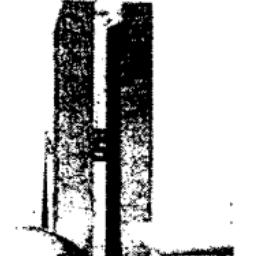


CPI cede a pressões e desiste do relatório parcial

Orçamento

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento sucumbiu às pressões do corporativismo do Congresso Nacional e dos partidos políticos. O relatório parcial, único instrumento jurídico capaz de dar condições à Procuradoria-Geral da República para pedir à Justiça o bloqueio de



CORRUPÇÃO

bens e o início do processo contra parlamentares corruptos, não será feito. "Se mantivéssemos a linha do relatório, iríamos contra o Congresso e os partidos", admitiu, desolado, o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE).

Magalhães reconheceu que auto-investigação é muito difícil. "Quem investiga os parlamentares é um órgão mais frágil que o Congresso Nacional, porque foi criado por este", disse Magalhães. "Além do mais, há o controle dos partidos, que indicam os integrantes da CPI e podem desestabilizá-la". Maga-

lhães disse que a opção de se abandonar a idéia do relatório parcial, que ficaria pronto no dia 16 e apontaria os primeiros nomes para cassação, foi necessária para que a CPI "chegue ao porto". Ele acha que a sociedade vai ficar frustrada com o cancelamento do relatório parcial, mas exigirá que o Congresso assuma esta responsabilidade.

As pressões contra a CPI do Orçamento começaram a partir da divulgação dos documentos apreendidos na casa de Ailton Reis, diretor da Construtora Norberto Odebrecht, em Brasília. Nesta papelada

constavam os nomes de vários integrantes do PFL, partido que vinha conseguindo manter-se distante das denúncias. O mais atingido era o PMDB, que chegou a perder seu líder, Genebaldo Correia (BA), suspeito de enriquecimento ilícito, e ficou sem ação. Nem mesmo o ex-presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), escapou.

Tratamento igual — A chegada a parlamentares do PFL, como José Carlos Aleluia e Eraldo Tinoco, fez crescer a pressão do grupo ligado ao governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães. Quando a sub-

comissão de emendas ao Orçamento tentou quebrar o sigilo bancário da deputada Roseana Sarney (PFL-MA), o grupo ligado ao senador José Sarney (PMDB-AP), pai da deputada, invadiu a sala da subcomissão. O sigilo foi mantido.

Posteriormente, o líder do PMDB no Senado, Mauro Benevides (CE), fez pressão até sobre o PFL, para livrar o filho, deputado Carlos Benevides (CE), de ser chamado a depor no plenário da CPI. O PFL e o PPR começaram a acusar a Mesa Diretora da CPI de protecionismo ao deputado Ibsen Pi-

nheiro, que, convocado a depor há quase um mês, vem conseguindo adiar o comparecimento à comissão por vezes seguidas. O PMDB, já em condições de reagir, acusou a CPI de proteger o líder do PPR, José Luiz Maia (PI), deixando que desse uma olhada em toda documentação reunida pela comissão e que compromete o deputado. Exigiu o mesmo tratamento para Ibsen.

As pressões ficaram maiores, agora das cúpulas da Câmara e dos partidos políticos, quando se anunciou que oito deputados seriam citados no relatório preliminar de Roberto Magalhães.